

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n. /2003

Com vista a um melhor conhecimento da dinâmica demográfica para a integração da variável população nos planos de desenvolvimento do país, o Instituto Nacional da Estatística (INE) realizou em 1998, o primeiro Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva.

O Primeiro Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva permitiu uma avaliação dos programas de população e de saúde, proporcionando aos utilizadores informações sobre a saúde reprodutiva, nomeadamente os progressos em matéria da prevalência contraceptiva, que passou de 16% em 1988 a 37% em 1998, e sobre os níveis da fecundidade e da mortalidade infantil e juvenil.

Contudo, apesar dos avanços significativos registados nos últimos anos em matéria de acesso aos cuidados de saúde, e em especial no domínio da saúde da mãe e da criança e da utilização dos métodos contraceptivos, a situação sanitária é ainda preocupante. As condições de abastecimento de água e de saneamento são ainda pouco adequadas para uma franja considerável da população.

No quadro das suas relações de cooperação, o Governo de Cabo Verde e o UNFPA aprovaram o 4º programa de população 2002-2006, que é operacionalizado pelos sub-programas «Saúde Reprodutiva (SR)» e «Estratégias de População e Desenvolvimento (EPD)». Este último prevê a realização, em 2004, do segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II) visando fornecer dados sobre diferentes fenómenos demográficos e respectivos determinantes, sobre os conhecimentos, atitudes e práticas em matéria de SR, particularmente dos métodos anticoncepcionais, sobre o SIDA/IST, bem como indicadores necessários para o seguimento e a avaliação do programa.

No âmbito do Plano Estratégico Nacional de Luta Contra a SIDA 2002-2006, o Ministério da Saúde prevê a realização de um inquérito sobre o HIV, de segunda geração, no intuito de medir a prevalência e a dimensão real da epidemia ao nível nacional, bem como prevê realizar estudos mais aprofundados sobre os comportamentos que a sustentam. O primeiro e único inquérito de seroprevalência do HIV/SIDA de abrangência nacional foi realizado em 1988, e forneceu uma estimativa para a taxa de prevalência de 0,46% .

É neste contexto que o Instituto Nacional de Estatística e o Ministério da Saúde propõem realizar o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II) que agrega aos módulos clássicos dos inquéritos demográficos e sanitários, o teste do HIV e da hemoglobina por forma a medir a prevalência do HIV/SIDA e da anemia ao nível nacional.

O Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva -IDSR-II será executado por um Gabinete criado no seio do INE, integrando técnicos do INE e do Ministério da Saúde sob o controle de um Comité de Pilotagem. Devera ainda contar com a parceria da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Advogados, da Comissão Nacional dos Direitos

Humanos, das confissões religiosas, das ONG's, e das instituições de ensino superior em sede de um Comité de Ética.

No uso da faculdade conferida pelo artigo 289 da Constituição, o Governo aprova a seguinte resolução

Artigo 1

Aprovação e realização

1. E aprovado o projecto «Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva» adiante abreviadamente designado por IDSR-II.
2. Fica fixado para o ano 2004, a realização do Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva - IDSR-II.

Artigo 2

Início e termo do projecto

O Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva terá o seu início em Outubro 2003 devendo ser encerrado em Junho de 2005.

Artigo 3

Período de recolha

2.O período de observação e a recolha de marcadores biológicos será fixado pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística ouvido o responsável e divulgado através dos órgãos de comunicação social.

Artigo 4

Exclusividade

Durante o período de recolha de dados fixado nos termos do artigo anterior não poderão ocorrer no terreno, qualquer operação estatística, especialmente dirigida as famílias ou as pessoas individuais, para além do IDSR-II.

Artigo 5

Recursos

Na execução do IDSR-II, o Ministério da Saúde e o INE empenhar se ao na valorização e utilização dos recursos da Administração Publica bem como os recursos financeiros e técnicos mobilizados junto da cooperação internacional.

Artigo 6

Comité de pilotagem

1. O Ministro do Estado e da Saúde e o Ministro das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, criarão, por despacho conjunto, um Comité de Pilotagem a

quem incumbe a fixação dos objectivos do projecto, o controlo de execução e a validação do conteúdo, da metodologia e dos dados do inquérito.

2. O Comité referido no numero anterior integrará:

- a) A Direcção- Geral da Saúde, **que preside;**
- b) O Instituto Nacional de Estatística, **que assegura o Secretariado;**
- c) A Direcção Geral do Planeamento;
- d) A Direcção Geral da Juventude;
- e) O Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário;
- f) A VERDEFAM;
- g) O Secretariado Executivo do CCS-SIDA;
- h) O UNFPA;
- i) O OMS;
- j) A UNICEF;
- k. O GTZ.

Artigo 7

Comité de Ética

1.O Governo criará um **Comité de Ética para o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva** que reflectirá sobre as questões de ética a atender na realização do Inquérito.

2. Cabe ao Comité de Ética, proceder ao exame independente, competente e diligente dos aspectos éticos que a agregação dos testes do HIV e hemoglobina ao IDSR-II implica, antes da realização do inquérito, assim como assegurar o controle da observância das normas de ética aplicáveis ao IDSR-II, no decurso da recolha de dados e de sangue, assim como durante o teste laboratorial e o tratamento e a difusão dos dados do inquérito;

3. Na sua composição, nos seus procedimentos e modos de tomada de decisão, o Comité de Ética deve ser independente de toda e quaisquer influencias políticas, institucionais, profissionais e económicas.

Artigo 8

Pareceres e protocolos

1.O Comité de Ética emitirá pareceres, nomeadamente sobre as garantias aos inquiridos, as modalidades de observância da confidencialidade, assim como a verificação regular do cumprimento das normas de ética aprovadas.

2.O Comité de Ética assegurará as responsabilidades referidas no numero anterior, por meio de um protocolo de ética que celebrará com o Gabinete do Inquérito e das reuniões regulares que realiza com este, sempre que considerar necessário.

3.O protocolo do IDSR-II devera ser examinado antes do inicio dos testes no terreno.

Artigo 9

Gabinete do Inquérito

1.Será criado no seio do INE, o Gabinete do Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, abreviadamente designado Gabinete do Inquérito que será a estrutura técnica de execução do projecto.

2.O Gabinete acima referido integrará técnicos do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério da Saúde.

Artigo 10

Coordenação do projecto

A coordenação nacional do projecto é assegurada pelo Presidente do INE e o Director Geral da Saúde, através de relatórios e de reuniões mensais de coordenação.

Artigo 11

Segredo estatístico

O Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva será realizado nos termos do ordenamento jurídico aplicável às estatísticas oficiais em Cabo Verde, nomeadamente no que concerne o segredo estatístico.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros a de Dezembro de 2003.

O Primeiro Ministro e Ministro das Finanças Planeamento e Desenvolvimento Regional

José Maria Neves

O Ministro do Estado e da Saúde

Basílio Mosso Ramos